

Olá, pessoal. Tudo bem?

A seguir a correção da Prova de Contabilidade da Polícia Civil de Pernambuco.

Uma prova bem distribuída, com questões fáceis, médias e difíceis.

Esperamos que gostem dos comentários! Estamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

As possibilidades de recurso estão destacadas em vermelho!

Um abraço.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo.

Sigam nosso Instagram: @contabilidadefacilitada

**Participem do nosso grupo de Contabilidade no Facebook:
Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos**

CORREÇÃO – PC - PERNAMBUCO

31. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
A contabilidade como ciência do Patrimônio é concepção da escola contábil:

- a) aziendalista
- b) patrimonialista
- c) contista
- d) personalista
- e) controlista

Comentários:

Pessoal, vimos ao longo do curso que a Teoria (escola) Patrimonialista reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade. Pela teoria patrimonialista, que é a utilizada na contabilidade hodierna, as contas podem ser divididas em dois grandes grupos, a saber:

- A) Contas patrimoniais: Representam as contas de ativo, passivo e patrimônio líquido.
- B) Contas de resultado: Representam as receitas e despesas.

Assim sendo, o gabarito correto é alternativa "B".

Gabarito → B**32. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)**

As subavaliações de ativos e as superavaliações de passivos, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a pretensão de neutralidade da informação. Em função disso, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução n.º 1374/2011, acatou que se retirasse da condição de aspecto da representação fidedigna

- a) a convenção da materialidade.
- b) a característica da compreensibilidade.
- c) a característica da essência sobre a forma.
- d) o princípio do registro pelo valor original.
- e) princípio da prudência.

Comentários:

Conforme explicita o CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica – que foi reproduzido na Resolução n.º 1374/2011, “A característica *PRUDÊNCIA (CONSERVADORISMO)* foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a *neutralidade*.”

Assim sendo, o gabarito correto é a alternativa “E”.

Gabarito → E**33. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016)**

As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a NBC TG 1374/2011, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

Comentários:

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

1) Características qualitativas fundamentais

1.1 - Relevância

1.2 - Representação fidedigna

2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - Comparabilidade

2.2- Verificabilidade

2.3 - Tempestividade

2.4 – Compreensibilidade

A questão fala de característica qualitativa de melhoria, assim sendo, já podemos descartar as alternativas "C" e "D", pois referem-se a características qualitativas fundamentais.

Segundo a NBC TG 1374/2011- Estrutura conceitual básica- "As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Conseqüentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser **COMPARADA com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.**

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Assim sendo, a alternativa correta é a opção "A".

Gabarito → A

34. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Para fins de levantamento da demonstração dos fluxos de caixa, constitui exemplo de fluxo de caixa originado das atividades operacionais o recebimento

a) por ganhos em derivativos não mantidos para negociação imediata, venda futura ou *hedge*.

b) pela emissão de debêntures.

c) por conta de *royalties*, honorários e comissões.

d) pela venda de um item integrante do imobilizado de uso.

e) pela venda de instrumentos patrimoniais ou de dívida.

Comentários:

Conforme disposição do CPC 03, apresentado no nosso curso, “Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

(...)

(b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas.”

Com isso, nosso gabarito é a alternativa “C”.

Para fins de treinamento, vamos classificar também os demais itens.

- Ganhos em derivativos não mantidos para negociação imediata, venda futura ou *hedge* → Derivativos = Investimento. Hedge: segue o principal, ou seja, o que está sendo protegido.
- Pela emissão de debêntures → Atividade de Financiamento;
- Pela venda de um item integrante do imobilizado de uso → Atividade de Investimento;
- Pela venda de instrumentos patrimoniais ou de dívida → Atividade de Investimento.

Gabarito → C

35. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Na teoria contábil, o lucro abrangente é definido como a variação total do valor do capital e é mais amplo do que o conceito de lucro líquido. Nessa abordagem teórica, o lucro abrangente de uma organização de iguala ao:

- a) lucro Operacional Líquido + resultado não operacionais + aumento de capital pertencentes aos sócios.
- b) lucro+efeito das mudanças de critérios contábeis+dividendos+capital novo.
- c) lucro+efeitos acumulados da mudança de critérios contábeis de exercícios anteriores.
- d) lucro líquido+ajustes acumulados de exercícios anteriores+outras variações do capital não pertencentes aos proprietários da organização.
- e) lucro operacional corrente+itens extraordinários.

Comentários:

Segundo o CPC 26: Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que NÃO DERIVADOS DE TRANSAÇÕES COM OS SÓCIOS NA SUA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIOS.

Segundo vimos no nosso curso, temos a composição do resultado abrangente total:

- Resultado líquido do período.
- Outros resultados abrangentes. (ajustes de conversão do período e acumulados e os tributos sobre ajustes de conversão do período e ajuste de avaliação patrimonial.)
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para o resultado do período.

A alternativa que atende à classificação é a opção "D".

Gabarito → D**36. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)**

Segundo a teoria contábil, uma condição indispensável para que um item patrimonial seja definido como um passivo é que

- a) o vencimento da obrigação se dê em uma data futura previamente acordada entre as partes.
- b) o devedor saiba que possui uma dívida e o credor tenha reconhecido o direito de receber.
- c) o valor da obrigação seja líquido e certo.
- d) a obrigação exista no momento presente, fruto de eventos passados.
- e) o sacrifício futuro de um ativo para satisfazer a obrigação seja uma decisão do devedor.

Comentários:

Pessoal, segundo o CPC 00, "passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos." A mesma norma ainda reza que "Uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma **obrigação presente.**"

Assim sendo, a alternativa correta é a opção "D".

Gabarito → D**37. (CESPE/PeritoCriminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)**

Em um arrendamento mercantil financeiro, o valor residual garantido consiste

- a) na parcela do valor residual do bem arrendado que seja garantida pelo arrendatário ou por alguém a ele relacionado ao arrendador.
- b) no valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si.
- c) na parcela dos pagamentos do arrendamento mercantil que não seja quantia fixada, e sim baseada na quantia futura de um fator que se altera sem ser pela passagem do tempo.
- d) no valor de mercado do bem.
- e) no valor pelo qual o arrendador garante ao arrendatário o direito de exercício da opção de compra do bem.

Comentários:

Segundo o CPC06, temos que:

Valor residual garantido é:

- (a) para um arrendatário, a parte do valor residual que seja garantida por ele ou por parte a ele relacionada (sendo o valor da garantia o valor máximo que possa, em qualquer caso, tornar-se pagável); e
- (b) para um arrendador, a parte do valor residual que seja garantida pelo arrendatário ou por terceiro não relacionado com o arrendador que seja financeiramente capaz de satisfazer as obrigações cobertas pela garantia.

A alternativa correta é a opção "A".

Gabarito → A

38. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016) A falta de integridade e tempestividade na geração e divulgação da informação contábil-financeira pode dificultar ou mesmo impedir a tomada de decisão pelo usuário da informação, criando um *trade-off* entre o tempo e a fidedignidade dessa informação. Nesse caso, o princípio fundamental contábil relacionado ao *trade-off* é o princípio da:

- a) entidade
- b) oportunidade
- c) continuidade
- d) competência
- e) prudência

Comentários:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua **relevância**, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Gabarito → B.

39. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
Assinale a opção correta relativamente ao princípio do registro pelo valor original.

- a) Uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais ativos e passivos devem ser mantidos pelo seu custo histórico.
- b) Descontando-se o fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade, chega-se ao valor justo.
- c) Quando da integração dos ativos ao patrimônio da entidade, estes devem ser registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que forem entregues para adquiri-los na data da aquisição.
- d) Valor realizável é a base de mensuração de itens patrimoniais segundo a qual os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.
- e) Atualização monetária é um procedimento de reavaliação do item patrimonial, visando o ajuste dos valores originais.

Comentários:

a) Uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais ativos e passivos devem ser mantidos pelo seu custo histórico.

Item incorreto. Os itens são registrados inicialmente pelo custo histórico, mas não necessariamente por ele serão mantidos.

b) Descontando-se o fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade, chega-se ao valor justo.

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, **descontado** do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Item incorreto. Este é o conceito de valor presente.

c) Quando da integração dos ativos ao patrimônio da entidade, estes devem ser registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que forem entregues para adquiri-los na data da aquisição.

Art.7º. § 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico.** Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa **ou pelo valor justo** dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

Atentem-se! O custo histórico (inicial) pode ser tanto o valor pago ou a ser pago, como também o valor justo (valor de mercado) dos recursos que são entregues. Depende de como será registrado o item.

Gabarito!

d) Valor realizável é a base de mensuração de itens patrimoniais segundo a qual os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Errado. Este é o conceito de custo corrente.

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente.** Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período das demonstrações contábeis**. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

e) Atualização monetária é um procedimento de reavaliação do item patrimonial, visando o ajuste dos valores originais.

Item incorreto. Atualização monetária não é uma reavaliação. É apenas uma correção do valor, dado que a moeda não é constante ao longo do tempo.

Gabarito → C.

40. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016) A respeito das notas explicativas e das demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

a) Os pressupostos relativos ao futuro, assim como outras fontes de incertezas, por serem subjetivos, são objeto de relatório da administração e não de notas explicativas.

b) Os objetivos, políticas e processos de gestão de capital, por serem informações sensíveis e, muitas vezes, restritas ao corpo diretivo da sociedade, são de divulgação facultativa em notas explicativas.

c) Os passivos contingentes e os compromissos contratuais não reconhecidos são objeto de divulgação em notas explicativas.

d) As divulgações não financeiras, tais como políticas de gestão do risco financeiro, não são objeto de notas explicativas, mas, sim, de relatório da administração.

e) As bases de mensuração utilizadas nas demonstrações contábeis não são objetos de notas explicativas.

Comentários:

a) Os pressupostos relativos ao futuro, assim como outras fontes de incertezas, por serem subjetivos, são objeto de relatório da administração e não de notas explicativas.

Item incorreto. Segundo o CPC 26:

125. A entidade deve divulgar, nas notas explicativas, informação acerca dos pressupostos relativos ao futuro e outras fontes principais de incerteza nas estimativas ao término do período de reporte que possuam risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo do próximo exercício social.

Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes elucidativos acerca:

- (a) da sua natureza; e
- (b) do seu valor contábil ao término do período de reporte.
- b) Os objetivos, políticas e processos de gestão de capital, por serem informações sensíveis e, muitas vezes, restritas ao corpo diretivo da sociedade, são de divulgação facultativa em notas explicativas.

b) Os objetivos, políticas e processos de gestão de capital, por serem informações sensíveis e, muitas vezes, restritas ao corpo diretivo da sociedade, são de divulgação facultativa em notas explicativas.

c) Os passivos contingentes e os compromissos contratuais não reconhecidos são objeto de divulgação em notas explicativas.

d) As divulgações não financeiras, tais como políticas de gestão do risco financeiro, não são objeto de notas explicativas, mas, sim, de relatório da administração.

A letra c é nosso gabarito. Segundo o CPC 26:

114. Exemplos de ordenação ou agrupamento sistemático das notas explicativas incluem:

- (iv) outras divulgações, incluindo:
 - (1) passivos contingentes (ver Pronunciamento Técnico CPC 25) e compromissos contratuais não reconhecidos;
 - (2) divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade (ver Pronunciamento

Técnico CPC 40). (Alterado pela Revisão CPC 08)

134. A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar seus objetivos, políticas e processos de gestão de capital.

e) As bases de mensuração utilizadas nas demonstrações contábeis não são objetos de notas explicativas.

Item incorreto. Segundo o CPC 26, as notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

117. A entidade deve divulgar no resumo de políticas contábeis significativas:

- (a) a base (ou bases) de mensuração utilizada(s) na elaboração das demonstrações contábeis; e
- (b) outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

É importante que os usuários estejam informados sobre a base ou bases de mensuração utilizada(s) nas demonstrações contábeis (por exemplo, custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável) porque a base sobre a qual as demonstrações contábeis são elaboradas afeta significativamente a análise dos usuários. Quando mais de uma base de mensuração for utilizada nas demonstrações contábeis, por exemplo, quando determinadas classes de ativos são reavaliadas (se permitido legalmente), é suficiente divulgar uma indicação das categorias de ativos e de passivos à qual cada base de mensuração foi aplicada.

Gabarito → C.

41. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
Acerca do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos, assinale a opção correta.

- a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.
- c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra

uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.

d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.

e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

Comentários:

a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Item incorreto. Um passivo pode ser reconhecido como uma provisão se atendidos os requisitos do CPC 25. Lembrando que provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.

b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.

Item incorreto. Neste caso, estamos diante de um passivo contingente não divulgado.

c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.

Item incorreto. Uma obrigação presente provável dá origem a uma provisão, que é sim contabilizada.

d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.

A entidade não reconhece um ativo contingente.

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

32. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha

a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. 34. O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

Este é o nosso gabarito.

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
O ativo não é contingente (item 33).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).
	Divulgação é exigida (item 89).	Nenhuma divulgação é exigida (item 89).

Gabarito → E.

42. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Em uma operação de venda, uma receita deverá ser reconhecida pela entidade vendedora quando:

- O comprador tiver o direito de desistir da compra em função de cláusula contratual e o vendedor ainda não tiver convicção sobre a decisão que o comprador tomará.
- O vendedor reter a titularidade legal dos bens vendidos, para garantir o recebimento do valor devido, e transferir ao comprador os benefícios e os riscos significativos do bem.
- Esta reter uma obrigação em decorrência de desempenho insatisfatório que não esteja coberto por cláusulas normais de garantia.
- Os bens já tiverem sido enviados ao comprador e estiverem sujeitos à realização de uma instalação futura, sendo esta uma parte significativa do contrato.
- Se tratar de venda um consignação, na qual o recebimento da receita é contingente, pois depende da venda dos bens pelo comprador.

Comentários:

Segundo o CPC 30:

14. A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- (c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
- (d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
- (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

15. A avaliação do momento em que a entidade transfere os riscos e os benefícios significativos da propriedade para o comprador exige o exame das circunstâncias da transação. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e dos benefícios inerentes à propriedade coincide com a transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo para o comprador. Tais casos são típicos das vendas a varejo. Em outros casos, porém, a transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre em momento diferente da transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo.

17. Se a entidade reter somente um risco insignificante inerente à propriedade, a transação é uma venda e a receita deve ser reconhecida. Por exemplo, **um vendedor pode reter a titularidade legal sobre os bens unicamente para garantir o recebimento do valor devido. Em tal caso, se a entidade tiver transferido os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade, a transação é uma venda e a receita deve ser reconhecida.**

Gabarito → B.

43. **(CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)** A loja Alpha vende uma geladeira por R\$ 2.500,00 à vista, podendo esse valor ser parcelado em quatro vezes sem juros. A entrega é paga pela loja e custa R\$ 50,00. A loja adquiriu a geladeira, há três meses, por R\$ 1.700,00, mas, hoje, ela já custa R\$ 1.800,00. Um comprador

verificou que a mesma geladeira poderia ser adquirida na loja Beta, à vista, por R\$ 2.200,00 e questionou o vendedor da Loja Alpha, o qual assegurou um desconto de R\$ 300,00 para não perder a venda, mas com a condição de que o frete fosse pago pelo cliente, que concordou com as condições oferecidas.

Nessa situação hipotética de compra e venda, o:

- a) custo histórico da geladeira é de R\$ 1.800,00.
- b) valor justo da geladeira é de R\$ 2.500,00
- c) valor realizável da geladeira é de R\$ 2.250,00.
- d) custo corrente da geladeira é de R\$ 1.700,00.
- e) valor presente da geladeira é de R\$ 2.200,00.

Comentários:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser **inicialmente registrados pelos valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa **ou pelo valor justo** dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – **Variação do custo histórico**. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente**. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período das demonstrações contábeis**. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) **Valor realizável**. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela **venda em uma forma ordenada**. Os passivos são mantidos pelos valores em

caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no **curso normal das operações da Entidade**;

c) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, **descontado** do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) **Valor justo.** É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) **Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Custo histórico	1.700,00
Custo corrente (reposição)	1.800,00

Agora, resta a discussão sobre o valor presente, valor justo e valor realizável. Vamos explicar um pouco melhor!

O valor presente é o quanto a empresa obtém descontando o valor da venda a prazo pelo valor à vista. No caso, o temos $2.500,00 - 300 = 2.200,00$.

O valor justo, por seu turno, é o valor praticado pelo mercado, que nesta hipótese é 2.200,00. O valor justo é uma mensuração baseada no mercado e não uma mensuração específica para a entidade.

Por seu turno, o valor realizável é de R\$ 2.500,00 a prazo e R\$ 2.200,00 à vista.

Custo histórico	1.700,00
Custo corrente (reposição)	1.800,00
Valor justo	2.200,00
Valor presente	2.200,00
Valor realizável a prazo	2.500,00
Valor realizável à vista	2.200,00

Não há problema alguma que esses valores se equivalham.

Gabarito Oficial → E.

44. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Os itens que podem ser reconhecidos como custo dos estoques incluem:

- a) lote de matérias-primas danificado por queda durante seu deslocamento até a área produtiva.
- b) salários e encargos do almoxarife responsável pelo estoque de produtos em processamento.
- c) custos de telefonia e salários e encargos do departamento de compra de matérias-primas industrializáveis.
- d) fretes e seguros relativos aos produtos acabados comercializados.
- e) encargos financeiros cobrados em aquisição de matérias primas a prazo.

Comentários:

Vamos lá!

a) lote de matérias-primas danificado por queda durante seu deslocamento até a área produtiva.

Não é custo do estoque. Trata-se de perda anormal e, portanto, deverá ir para despesa no resultado.

b) salários e encargos do almoxarife responsável pelo estoque de produtos em processamento.

Com relação à armazenagem, ocorre a seguinte distinção: **quando a empresa compra matéria prima, pode ser necessário armazená-la por algum tempo, antes de utilizá-la na produção. Tais gastos com armazenagem são incluídos no custo da produção.**



Gabarito!

c) custos de telefonia e salários e encargos do departamento de compra de matérias-primas industrializáveis.

Como se trata de atividade administrativa, não é considerado custo, mas sim despesa.

d) fretes e seguros relativos aos produtos acabados comercializados.

Portanto, o frete sobre venda é considerado despesa.



e) encargos financeiros cobrados em aquisição de matérias primas a prazo.

18. A entidade geralmente compra estoques com condição para pagamento a prazo. A negociação pode efetivamente conter um elemento de financiamento, como, por exemplo, uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago; essa diferença deve ser reconhecida como despesa de juros durante o período do financiamento.

Gabarito → B.

45. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Em 2016, uma concessionária de veículos iniciou o mês de janeiro com três veículos em estoque, cada um dos quais tendo custado R\$ 50.000. Ainda em janeiro, a empresa adquiriu mais dois veículos por R\$ 40.000 cada um e, em fevereiro, vendeu três veículos, obtendo uma receita líquida de vendas de R\$ 180.000. Nessa situação hipotética, considerando que a empresa adote o método do custo específico e que apenas um dos veículos vendidos tenha sido adquirido em janeiro de 2016,

- a) o valor total de veículos em estoque no final do mês de janeiro foi inferior a R\$ 225.000.
- b) o lucro bruto auferido pela concessionária foi superior a 19% da receita líquida de vendas.
- c) o valor do estoque final no mês de fevereiro ficou abaixo de R\$ 88.000.
- d) o custo das mercadorias vendidas no período foi obtido pelo valor das mercadorias que permaneceram em estoque no final de fevereiro.
- e) o custo dos veículos vendidos é superior a R\$ 142.000.

Comentários:

Pessoal, veja este exemplo tirado do nosso curso: “[..] Outra forma de atribuir custos às vendas é através do Custo Específico. Podemos exemplificar da seguinte forma: Suponha que uma agência de automóveis possua 10 unidades de um determinado modelo em estoque. Três foram comprados há 6 meses, por R\$ 20.000,00. Seis foram comprados na última semana, por R\$ 22.000,00. O último é um carro usado, que foi aceito como parte de pagamento de um veículo novo, pelo custo de R\$ 12.000,00. A empresa realiza a venda de quatro veículos: um que foi comprado há 6 meses, dois comprados na última semana e o veículo usado. Nesse caso, a empresa pode atribuir o custo específico de cada item vendido.”

A questão usou o mesmo exemplo que estava no nosso material!!!!

Avançando na resolução, o examinador afirma que foram vendidos três veículos, sendo que um dos veículos vendido foi aquele adquirido em janeiro (custo de R\$ 40.000) e, por consequência, os outros dois foram os que estavam no saldo inicial ($2 \times R\$ 50.000 = R\$ 100.000$). Com isso, já podemos calcular o CMV = $40.000 + 100.000 = R\$ 140.000$ e descartamos a alternativa “E”.

Com as informações dadas, montamos o seguinte controle de estoque:

Entradas			Saídas			Saldo		
qtd	valor unitário	Total	qtd	valor unitário	Total	qtd	valor unitário	Total
	Saldo Inicial em Janeiro					3	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00
2	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00				3	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00
						2	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00
	Estoque no final de janeiro					5	R\$ -	R\$ 230.000,00
			2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	1	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
			1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
				CMV	R\$ 140.000,00		Estoque Final	R\$ 90.000,00

Vamos analisar as demais assertivas:

a) o valor total de veículos em estoque no final do mês de janeiro foi inferior a R\$ 225.000.

Item incorreto, pois, conforme vimos no controle do estoque, o valor do estoque é de R\$ 230.000.

b) o lucro bruto auferido pela concessionária foi superior a 19% da receita líquida de vendas.

O lucro bruto é obtido pela expressão = Receita líquida de Venda - CMV = R\$ 180.000 - 140.000 = 40.000.

Assim sendo, $40.000 / 180.000 = 0,22 (22\%)$. Esse é o nosso gabarito.

c) o valor do estoque final no mês de fevereiro ficou abaixo de R\$ 88.000.

Item incorreto, pois vimos que o valor do estoque final é de R\$ 90.000.

d) o custo das mercadorias vendidas no período foi obtido pelo valor das mercadorias que permaneceram em estoque no final de fevereiro.

Item incorreto, visto que o CMV foi apurado pelo valor das mercadorias que foram vendidas em fevereiro e não das que permaneceram no estoque.

e) o custo dos veículos vendidos é superior a R\$ 142.000.

Já apuramos o CMV no valor de R\$ 140.000

Gabarito → B.

CABE RECURSO!

46. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Um mercado, contribuinte do ICMS, adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor, na nota fiscal, de R\$ 200.000. O valor do ICMS, já incluído no valor das mercadorias, é de R\$ 36.000. Nessa situação hipotética,

- a) o valor de R\$ 200.000 deve ser registrado na contabilidade do mercado a crédito na conta de fornecedores.
- b) o ICMS sobre a compra deve ser registrado na conta de ICMS a pagar.
- c) o mercado não tem direito ao crédito do ICMS.
- d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 200.000.
- e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recuperar no ativo.

Comentários:

a) o valor de R\$ 200.000 deve ser registrado na contabilidade do mercado a crédito na conta de fornecedores.

Item correto, pois a conta fornecedores será creditada em 200.000. O lançamento fica

D- Estoque	164.000
D- ICMS a recuperar	36.000
C- Estoques	200.000

b) o ICMS sobre a compra deve ser registrado na conta de ICMS a pagar.

Item incorreto, porque o ICMS na compra para revenda é recuperável e deve ser registrado na conta ICMS a recuperar, no Ativo Circulante, e não ICMS a pagar.

c) o mercado não tem direito ao crédito do ICMS.

Item incorreto, pois o ICMS é recuperável, visto que foi uma compra de mercadoria para revenda.

d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 200.000.

Item incorreto. Já vimos que o valor registrado no estoque é de R\$ 164.000.

e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recuperar no ativo.

Item correto, pois o ICMS nesse caso é recuperável e será registrado no Ativo Circulante na conta ICMS a recuperar.

A princípio temos duas respostas corretas. Cabe recurso.

Gabarito provisório → E.

47. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Uma empresa tinha os seguintes saldos contábeis, em reais, no início de janeiro de 2016.

Banco	25.000
Estoques	35.000
ICMS a recuperar	4.300
Fornecedores	39.300
Capital social	25.000

Considerando que, em janeiro de 2016, essa empresa tenha vendido todo o seu estoque, à vista, por R\$ 52.500, sendo o ICMS que integre o valor das vendas igual a R\$ 6.400, assinale a opção correta.

- a) Se o reconhecimento da venda tiver sido feito de modo correto, então foi realizado o lançamento de débito em contas a receber e crédito no estoque.
- b) Após a apuração do ICMS, a conta ICMS a recuperar deve ter apresentado saldo credor.
- c) O ICMS recolhido pela empresa foi superior a R\$ 2.000.
- d) O valor da despesa do custo das mercadorias vendidas deve ter sido registrado em conta patrimonial.
- e) O valor da receita líquida de vendas foi menor que R\$ 45.000.

Comentários:

a) Se o reconhecimento da venda tiver sido feito de modo correto, então foi realizado o lançamento de débito em contas a receber e crédito no estoque.

Item incorreto, pois o lançamento deve ser débito na conta Caixa, pois a venda foi à vista.

b) Após a apuração do ICMS, a conta ICMS a recuperar deve ter apresentado saldo credor.

A empresa possuía saldo de ICMS a recuperar de 4.300 e com a venda ICMS a recolher de 6.400. Assim sendo, o saldo é de $6.400 - 4.300 = R\$ 2.100$, credor, o que significa que a empresa possui saldo de ICMS a recolher e não a recuperar.

c) O ICMS recolhido pela empresa foi superior a R\$ 2.000.

Item correto, conforme visto na explicação anterior, a empresa tem que recolher ao final do período o valor de R\$ 2.100.

d) O valor da despesa do custo das mercadorias vendidas deve ter sido registrado em conta patrimonial.

O lançamento que envolve o CMV deve ser feito assim:

D – CMV (conta de resultado)	
C – Estoques	R\$35.000

e) O valor da receita líquida de vendas foi menor que R\$ 45.000.

O valor da receita líquida de venda é $52.500 - 6.400$ (ICMS s/vendas) = 46.100. Item incorreto.

Gabarito → C.

48. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Com referência às perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, assinale a opção correta.

- a) Notícia veiculada a respeito da recuperação judicial do cliente em atraso caracteriza uma perda incorrida.
- b) A baixa do título considerado incobrável é feita mediante lançamento contábil a crédito diretamente na conta de despesa não operacional.
- c) O fato de o cliente estar inadimplente junto a outras entidades não é motivo suficiente para que a dívida dele seja incluída na estimativa de perdas.
- d) As garantias reais não reduzem as perspectivas de perdas com contas a receber.
- e) A apuração da estimativa da perda dispensa a análise individual dos títulos em atraso por cliente

Comentários:

Questão difícil e que cobrou alguns aspectos bem específicos sobre a adoção de Perdas estimadas com clientes no Brasil.

a) Notícia veiculada a respeito da recuperação judicial do cliente, em atraso caracteriza uma perda incorrida.

Item correto. Segundo o FIPECAFI, um dos critérios para registro das estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa é o denominado como Perdas Incorridas. Sob essa alternativa são só reconhecidos como despesas os valores de perdas já de conhecimento da investidora detentora dos créditos. Assim, somente inadimplências já existentes, atrasos fora do normal já ocorridos, notícias já veiculadas de falências, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inadimplência junto a outras entidades etc. são fatos originadores do reconhecimento de despesas.

b) A baixa do título considerado incobrável é feita mediante lançamento contábil a crédito diretamente na conta de despesa não operacional.

A baixa de um título considerado incobrável é feita pelo seguinte lançamento:

D - Perda estimada com clientes
C - Clientes

Assim sendo, não temos contas de despesas envolvidas. Trata-se de um fato permutativo.

c) O fato de o cliente estar inadimplente junto a outras entidades não é motivo suficiente para que a dívida dele seja incluída na estimativa de perdas.

Item incorreto, pois como vimos na primeira explicação, somente inadimplências já existentes, atrasos fora do normal já ocorridos, notícias já veiculadas de falências, INADIMPLÊNCIA JUNTO A OUTRAS ENTIDADES etc. são fatos que dão origem ao reconhecimento de despesas.

d) As garantias reais não reduzem as perspectivas de perdas com contas a receber.

Quando o devedor usa as ditas garantias reais, hipoteca penhor, por exemplo, ele coloca seu próprio patrimônio como garantia de

pagamento. Segundo a orientação do FIPECAFI, a existência de garantias reais ANULA OU REDUZ as perspectivas de perdas. Assim sendo, as perspectivas de perdas são reduzidas e, alguns casos, até eliminadas.

e) A apuração da estimativa da perda dispensa a análise individual dos títulos em atraso por cliente.

Pelo contrário pessoal! A análise individual do risco do cliente é uma das análises mais importantes para o cálculo das Perdas Estimadas com Clientes. Item incorreto.

Gabarito → A.

49. (CESPE/Perito Criminal – Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

A propósito de investimento em sociedade coligada, assinale a opção correta.

- a) A participação de membro da investidora no conselho de administração da investida não representa uma influência significativa.
- b) Sociedade com investimento em coligada deve consolidar as demonstrações contábeis.
- c) A influência significativa da investidora sobre a investida pode ser verificada pela participação nos processos de criação de políticas, até em decisões sobre dividendos e outras distribuições.
- d) Um investidor que detiver, direta ou indiretamente, até 20% do poder de voto de uma investida será detentor de influência significativa sobre esta.
- e) O investimento em sociedade coligada deve ser avaliado pelo método do custo amortizado.

Comentários:

a) A participação de membro da investidora no conselho de administração da investida não representa uma influência significativa.

Item incorreto, pois, segundo o CPC18, "A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por um ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida; [...].

b) Sociedade com investimento em coligada deve consolidar as demonstrações contábeis.

Item errado, visto que a empresa deve consolidar investimentos em controladas. Empresas coligadas o investimento será avaliado pelo MEP.

c) A influência significativa da investidora sobre a investida pode ser verificada pela participação nos processos de criação de políticas, até em decisões sobre dividendos e outras distribuições.

Item correto pessoal, conforme preconiza o CPC 18, A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por um ou mais das seguintes formas: [...] (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições.

d) Um investidor que detiver, direta ou indiretamente, até 20% do poder de voto de uma investida será detentor de influência significativa sobre esta.

Segundo a Lei 6404/76, Art. 243 § 1º: "São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa". "§5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) OU MAIS do capital votante da investida, sem controlá-la." Se o investidor tiver até 20% do poder de voto, não há influência significativa. Item errado.

e) O investimento em sociedade coligada deve ser avaliado pelo método do custo amortizado.

Item errado, pois investimentos em coligadas devem ser avaliados pelo MEP.

Gabarito → C.

50. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
Acerca de investimento em sociedade controlada, assinale a opção correta.

- A) Os lucros não realizados entre controlada e controladora não afetam o resultado da equivalência patrimonial reconhecido pela investidora.
- B) O intercâmbio de diretores ou gerentes entre investidora e investida caracteriza o controle sobre as operações da investida.
- C) Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em sociedade controlada deve ser inicialmente reconhecido pelo custo no balanço da investidora e posteriormente deve ser ajustado pelas variações do patrimônio líquido da investida.

D) O lançamento contábil de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da investida não é reconhecido no balanço patrimonial da investidora.

E) Os dividendos distribuídos pela investidora reduzem o valor do investimento na controlada.

Comentários:

Vamos lá:

A) Errado. O lucro não realizados devem ser eliminados, e portanto afetam o resultado da Equivalência Patrimonial.

B) Errado. O intercâmbio de diretores ou gerentes evidencia a existência de **influência significativa**, e não **controle**.

Conforme o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas:

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

7. Assim, o investidor controla a investida se, e somente se, o investidor possuir todos os atributos seguintes:

(a) poder sobre a investida (ver itens 10 a 14);

(b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida (ver itens 15 e 16); e

(c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos

C – **Certo**. Cópia do CPC 18 - (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:

10. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, em empreendimento controlado em conjunto e em controlada (neste caso, no balanço individual) deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição.

D – Errado. O lançamento contábil de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da investida é reconhecido no balanço patrimonial da investidora através de uma conta reflexa no Patrimônio Líquido (“Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligadas e Controladas”).

E) Errado. A banca inverteu. O correto é: "Os dividendos distribuídos pela **CONTROLADA** reduzem o valor do investimento na **INVESTIDORA.**"

Gabarito → C.

51. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Se uma investidora tem 40% de participação no capital da investida e influência significativa, e, em 2015, a investida obteve um lucro de R\$ 200.000 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 100.000, então

- A) a variação na conta investimento na investidora foi inferior a R\$ 55.000.
- B) o valor dos dividendos recebidos pela investidora foi superior ao valor da receita de equivalência patrimonial.
- C) a receita de equivalência foi inferior a R\$ 70.000.
- D) o fato de a investidora possuir influência significativa permite concluir que a investida é uma controlada da investidora.
- E) o valor da despesa de equivalência reconhecido pela investidora foi inferior a R\$ 40.000.

Comentários:

Se há influência significativa, significa que, no mínimo, estamos em uma situação de coligação (salvo prova em contrário). O investimento será avaliado pelo MEP.

Quando a investida apura o lucro, temos:

D – Investimentos avaliados pelo MEP (200.000 x 40%)	80.000,00
C – Receita com MEP	80.000,00

Depois, quando houver distribuição dos dividendos, vamos lançar:

D – Dividendos a receber (100.000 x 40%)	40.000,00
C – Investimentos avaliados pelo MEP	40.000,00

Logo:

A) a variação na conta investimento na investidora foi inferior a R\$ 55.000.

Gabarito! Variação foi de R\$ 80.000 – 40.000 = 40.000

B) o valor dos dividendos recebidos pela investidora foi superior ao valor da receita de equivalência patrimonial.

Errado. A receita foi de 80.000,00, os dividendos de 40.000,00.

C) a receita de equivalência foi inferior a R\$ 70.000.

Errado. A receita foi de R\$ 80.000,00.

D) o fato de a investidora possuir influência significativa permite concluir que a investida é uma controlada da investidora.

Errado. Permite concluir que é uma coligada, salvo se houvesse prova em contrário. Mas a questão foi silente

E) o valor da despesa de equivalência reconhecido pela investidora foi inferior a R\$ 40.000.

Errado. Não há despesa de equivalência patrimonial, mas sim receita.

Gabarito → A.

52. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
No que concerne à consolidação de demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

A) Os lucros a realizar reconhecidos no passivo da investidora decorrentes de transações entre investidora e investida não serão eliminados.

B) Sociedade com investimento em sociedade coligada avaliada pelo método da equivalência patrimonial consolida as demonstrações contábeis.

C) O dividendo a receber da investida reconhecido no ativo da investidora não deve ser compensado com o dividendo a pagar para a investidora reconhecido no passivo da investida.

D) O ganho resultante da venda de terreno da investidora para a investida que estiver reconhecido no ativo da investida permanecerá no balanço patrimonial consolidado.

E) Devem ser eliminados o valor contábil do investimento da controladora na controlada e a parte dessa controladora no patrimônio líquido da controlada.

Comentários:

Conforme o CPC 36 (R3) –

Procedimentos de consolidação

B86. Demonstrações consolidadas devem:

(c) eliminar integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo (resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos, tais como estoques e ativos fixos, são eliminados integralmente). Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

As instruções acima referem-se às assertivas A, C e D.

A) Errado. Devem ser eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo.

B) Errado. A entidade de investimento não deve consolidar as suas controladas nem deve aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 15 quando obtiver o controle de outra entidade. Em vez disso, a entidade de investimento deve mensurar esse investimento em controlada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38.

C) Errado. Devem ser eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo.

D) Errado. Devem ser eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo.

E) **Certo.** Conforme o CPC 36 (R3)

Procedimentos de consolidação

B86. Demonstrações consolidadas devem:

(a) combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas;

(b) compensar (eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada;

Gabarito → E.

53. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016) A respeito das companhias abertas, assinale a opção correta.

- A) As companhias abertas estão desobrigadas de elaborar a demonstração do valor adicionado.
- B) A sociedade anônima deve negociar suas ações no mercado de balcão e na bolsa de valores independentemente da obtenção de autorização do governo federal.
- C) As sociedades de capital aberto podem negociar suas novas ações diretamente na bolsa de valores.
- D) O único título que a sociedade de capital aberto pode negociar no mercado mobiliário para obter recursos de que necessite é a ação.
- E) As novas ações subscritas pelas empresas de capital aberto deverão ser negociadas no mercado primário por meio do mercado de balcão.

Comentários:

A) As companhias abertas estão desobrigadas de elaborar a demonstração do valor adicionado.

Item incorreto. A DVA é obrigatória para as companhias abertas.

B) A sociedade anônima deve negociar suas ações no mercado de balcão e na bolsa de valores independentemente da obtenção de autorização do governo federal.

Item incorreto. A sociedade não é obrigada a negociar as suas ações no mercado de balcão e na bolsa. Ela pode ser aberta (se o fizer) ou fechada (caso não o faça).

C) As sociedades de capital aberto podem negociar suas novas ações diretamente na bolsa de valores.

Item incorreto. A bolsa de valores é um mercado secundário. Inicialmente, as ações são negociadas no mercado primário (mercado de balcão).

D) O único título que a sociedade de capital aberto pode negociar no mercado mobiliário para obter recursos de que necessite é a ação.

Item incorreto. Os valores mobiliários são **títulos de investimento que a sociedade anônima emite para obtenção de recursos de que necessita.**

A ação é o principal tipo de valor mobiliário. Além dela, temos essencialmente:

- Debêntures;
- Partes beneficiárias (emitidas apenas por sociedades fechadas, portanto, não são negociadas no mercado de valores mobiliários);
- Bônus de subscrição.

E) As novas ações subscritas pelas empresas de capital aberto deverão ser negociadas no mercado primário por meio do mercado de balcão.

Item correto. Este é o nosso gabarito!

Gabarito → E.

54. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
De acordo com o CPC 5 (R1), do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, ocorre um tipo de transação entre partes relacionadas no caso de

- A) agências de Estado que não controlam plenamente, ou em manter conjunto, a entidade que reporta a informação ou que exercem influência significativa sobre essa entidade.
- B) relacionamento entre a entidade franqueadora e a entidade franqueada.
- C) venda realizada pelo valor de custo entre controlada e controladora.
- D) relacionamento com a instituição financeira que fornece recursos financeiros à entidade.
- E) fornecedor com quem a empresa mantém volume significativo de negócios.

Comentários:

Segundo o CPC 05:

11. No contexto deste Pronunciamento Técnico, não são partes relacionadas:

(a) duas entidades simplesmente por terem administrador ou outro membro do pessoal chave da administração em comum, ou porque um

membro do pessoal chave da administração da entidade exerce influência significativa sobre a outra entidade;

(b) dois empreendedores em conjunto simplesmente por compartilharem o controle conjunto sobre um empreendimento controlado em conjunto (joint venture); (Alterada pela Revisão CPC 03)

(c) (i) **entidades que proporcionam financiamentos (letra d incorreta)**;

(ii) sindicatos;

(iii) entidades prestadoras de serviços públicos; e

(iv) **departamentos e agências de Estado que não controlam, de modo pleno ou em conjunto, ou exercem influência significativa sobre a entidade que reporta a informação (letra a incorreta)**, simplesmente em virtude dos seus negócios normais com a entidade (mesmo que possam afetar a liberdade de ação da entidade ou participar no seu processo de tomada de decisões);

(d) cliente, **fornecedor (letra e incorreta)**, **franqueador (letra b incorreta)**, concessionário, distribuidor ou agente geral **com quem a entidade mantém volume significativo de negócios**, meramente em razão da resultante dependência econômica.

Gabarito → C.

55. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Tendo em vista que, de acordo com o CPC 27, do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, quando permitida por lei, a reavaliação de um item do ativo imobilizado a valor justo, mensurado de maneira confiável, poderá ser reconhecida no balanço patrimonial, assinale a opção correta.

A) A redução do valor contábil do ativo em decorrência de reavaliação deverá ser reconhecida em conta específica de resultado, independentemente de haver saldo na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

B) Poderá ser reconhecido no balanço patrimonial o valor reavaliado de um bem correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável que tenham sido acumuladas subsequentemente.

C) Após o item do imobilizado ser reavaliado, não são necessárias futuras atualizações a valor justo, mesmo que o valor apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

D) A reavaliação poderá ser realizada em um único item de um grupo do imobilizado.

E) Quando a reavaliação resultar em aumento do valor contábil do ativo, a contrapartida desse aumento deverá ser reconhecida em conta de resultado.

Comentários:

A) **Errado.** Conforme o CPC 27 – Ativo Imobilizado:

40. Se o valor contábil do ativo diminuir em virtude de reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado. **No entanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de reavaliação, até o seu limite.**

B) **Correto.** Texto do CPC 27:

31. Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

C) **Errado. Conforme o CPC 27:**

34. A frequência das reavaliações, se permitidas por lei, **depende das mudanças dos valores justos** do ativo imobilizado que está sendo reavaliado. **Quando o valor justo de um ativo reavaliado difere materialmente do seu valor contábil, exige-se nova reavaliação.** Alguns itens do ativo imobilizado sofrem mudanças voláteis e significativas no valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação anual. Tais reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo imobilizado que não sofrem mudanças significativas no valor justo. Em vez disso, pode ser necessário reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos.

D) **Errado.** Segundo o CPC 27 – Ativo Imobilizado:

36. Se o método de reavaliação for permitido por lei e um item do ativo imobilizado for reavaliado, **toda a classe do ativo imobilizado** à qual pertence esse ativo **deve ser reavaliado.** 37. Classe de ativo imobilizado é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. São exemplos de classes individuais:

- (a) terrenos;
- (b) terrenos e edifícios;
- (c) máquinas;
- (d) navios;

- (e) aviões;
- (f) veículos a motor;
- (g) móveis e utensílios; (Alterada pela Revisão CPC 08)
- (h) equipamentos de escritório; e (Alterada pela Revisão CPC 08)
- (i) plantas portadoras. (Incluída pela Revisão CPC 08)

E) **Errado.** CPC 27 :

39. Se o valor contábil do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta própria do **patrimônio líquido**. No entanto, o aumento deve ser reconhecido no resultado quando se tratar da reversão de decréscimo de reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado.

Gabarito → B.

56. **(CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)**

Levando em consideração que o valor do salário de um empregado mensalista de uma empresa seja de R\$ 1.200, assinale a opção correta.

- A) O valor referente aos encargos trabalhistas deverá ser registrado na contabilidade quando ocorrer o seu efetivo pagamento.
- B) A apropriação do valor referente às férias será de R\$ 1.200, desconsiderando-se o número de faltas do empregado e os encargos trabalhistas.
- C) A conta de despesa de décimo terceiro salário deverá receber contabilização em função do seu pagamento.
- D) A contabilização da apropriação do salário mensal deverá ser feita a débito em conta patrimonial e a crédito em conta de resultado.
- E) A apropriação da provisão mensal referente ao décimo terceiro salário corresponderá a um doze avos da remuneração mensal acrescida dos encargos trabalhistas

Comentários:

A) O valor referente aos encargos trabalhistas deverá ser registrado na contabilidade quando ocorrer o seu efetivo pagamento.

Item incorreto. Os salários são apropriados conforme o regime de competência.

B) A apropriação do valor referente às férias será de R\$ 1.200, desconsiderando-se o número de faltas do empregado e os encargos trabalhistas.

Item incorreto. O número de faltas e os encargos devem ser considerados sim.

Entre os direitos dos funcionários, encontra-se o direito às férias, após trabalhar um ano. Mas, contabilmente, deve ser reconhecido 1/12 por mês, para observar o Princípio da Competência.

A legislação estabelece que o funcionário tem direito às férias, após um ano de trabalho; se for demitido antes de um ano, a empresa deve pagar férias proporcionais. Ou seja, o funcionário demitido após 9 meses de trabalho tem direito a 9/12 do salário, referente às férias proporcionais.

A provisão de férias é dedutível para efeito de Imposto de Renda, e deve ser calculada individualmente para cada funcionário.

A contagem de dias de férias a que o funcionário tem direito na data do encerramento das demonstrações financeiras será efetuada da seguinte forma:

1) Nos casos de períodos completos, após 12 meses de trabalho, o funcionário terá direito a férias na seguinte proporção:

Até 5 faltas	30 dias corridos
De 6 a 14 faltas	24 dias corridos
De 15 a 23 faltas	18 dias corridos
De 24 a 32 faltas	12 dias corridos
Acima de 32 faltas	perde o direito às férias.

2) Período incompleto: deverá ser constituída provisão para pagamento das férias proporcionais, com base em 1/12 avos do salário mais encargos por mês ou fração superior a 14 dias.

Além do salário, devem ser também provisionados os encargos e o adicional de férias (um terço).

C) A conta de despesa de décimo terceiro salário deverá receber contabilização em função do seu pagamento.

Item incorreto. É semelhante à provisão para férias. Deve ser apropriado 1/12 avos do salário por mês, mais encargos.

A fração igual ou superior a 15 dias de trabalho será considerada como mês integral.

A provisão para 13º é contabilizada como custo, para os funcionários da produção; e como despesa, para os outros funcionários.

D) A contabilização da apropriação do salário mensal deverá ser feita a débito em conta patrimonial e a crédito em conta de resultado.

Item incorreto. O lançamento é a débito de conta de resultado e crédito de conta patrimonial.

D – Despesa de salários

C – Salários a pagar

E) A apropriação da provisão mensal referente ao décimo terceiro salário corresponderá a um doze avos da remuneração mensal acrescida dos encargos trabalhistas.

Item correto. Este é o nosso gabarito!

Gabarito → E.

57. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016) A empresa X adquiriu, a prazo, em 1.º/4/2016, cem computadores por R\$ 1.000 cada um. Em 2/4/2016, ela vendeu, à vista, 50% do estoque por R\$ 100.000; em 5/4/2016, um cliente dessa empresa devolveu um computador.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando que o estoque inicial da empresa X era igual a zero e desprezando o impacto tributário.

A) O custo das mercadorias vendidas foi inferior a R\$ 48.000.

B) O estoque final em 30/4/2016 era superior a R\$ 50.000.

C) Na demonstração de resultado do período, o valor da receita líquida será inferior a R\$ 50.000.

D) Se as referidas transações foram as únicas que a empresa X teve no período em questão, então o lucro líquido dessa empresa foi superior ao lucro bruto.

E) O lançamento contábil correto da devolução do cliente seria a débito de fornecedor e a crédito de mercadorias em estoque.

Comentários:

Compra:

D – Computadores – Mercadorias	100.000,00
C – Fornecedores	100.000,00

Venda:

D – Caixa	100.000,00
C – Receita de Vendas	100.000,00

D – CMV	50.000,00
C – Computadores – Mercadorias	50.000,00

Devolução

D – Devoluções de vendas	2.000,00
C – Caixa	2.000,00

D – Computadores – Mercadorias	1.000,00
C – CMV	1.000,00

DRE

Receita de vendas	100.000,00
(-) Devolução de vendas	(2.000,00)
Receita líquida	98.000,00
(-) CMV	(49.000,00)
Lucro bruto	49.000,00

CMV: $50.000 - 1.000 = 49.000,00$

Estoque final - Computadores: $100.000 - 50.000 + 1.000 = 51.000,00$

Gabarito → B.

CABE RECURSO!

58. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Uma empresa endossou duplicatas de sua propriedade e efetuou o desconto delas em instituição financeira em que mantém conta corrente. O valor dos juros pagos decorrentes da operação foi de R\$ 1.400 e o valor referente a comissão e cobrança foi de R\$ 800.

Nessa situação hipotética,

A) o valor referente a comissão e cobrança deve ser lançado em conta de passivo pelo regime de caixa.

- B) o valor dos juros pagos deveria ter sido registrado no ativo e apropriado na despesa em observância ao regime de competência.
- C) o pagamento do título pelo cliente deverá ser registrado a débito da conta banco e a crédito de duplicatas a receber.
- D) o valor líquido creditado na conta-corrente da empresa referiu-se ao valor total das duplicatas endossadas.
- E) ao efetuar o desconto, a empresa se eximiu da responsabilidade de pagar os títulos, se eventualmente seus devedores não os quitarem.

Comentários:

Item a incorreto. Os custos das transações devem ir para o resultado de acordo com o regime de competência.

Item b incorreto. Os juros na operação de desconto de duplicatas devem ir para a conta encargos a transcorrer, que é retificadora do passivo.

Item c incorreto.

Os lançamentos são os seguintes:

Primeira hipótese: Duplicatas descontadas.

- D - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)
- D - Encargos Financeiros a Transcorrer (Ret. do PC)
- C - Duplicatas Descontadas (Passivo Circulante)

Segunda hipótese: Passou o período de juros

Conforme o período da competência, lançaremos os juros:

- D - Despesa de Juros (Resultado)
- C - Encargos Financeiros a Transcorrer (Passivo exigível)

Terceira hipótese: O cliente liquidou a obrigação.

Com o recebimento do cliente, o lançamento será:

- D - Duplicatas Descontadas (Passivo exigível)
- C - Duplicatas a Receber (Ativo circulante)

Quarta hipótese: O cliente não liquidou a obrigação. O banco devolveu as duplicatas.

O banco vai devolver a duplicata para que o cliente se vire, e pegar o seu dinheiro de volta. O lançamento, neste caso, será:

- D – Duplicatas Descontadas (Passivo exigível)
- C – Caixa/Bancos (Diminuindo o caixa)

O pagamento é feito a débito de duplicatas descontas e a crédito de duplicatas a receber.

Item d incorreto. O valor creditado na conta-corrente (creditado no sentido bancário) refere-se ao valor total menos os encargos financeiros.

Item e incorreto. Se o cliente não pagar, o banco “pega o seu dinheiro de volta” da empresa.

O gabarito da banca foi a letra b. Todavia, conforme o entendimento predominante, inclusive no FIPECAFI, é de que a conta encargos financeiros a transcorrer é retificadora do passivo. Por este motivo, a questão deve ser anulada, já que não há gabarito correto.

Gabarito → B. (Cabe recurso!)

59. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O evento contábil que deve ser classificado como custo de produção do período em que tenha ocorrido é

- A) a perda normal de matéria-prima durante o processo produtivo.
- B) o gasto com entrega dos produtos fabricados aos clientes por ocasião de sua venda.
- C) o juro incidente sobre os recursos obtidos em bancos para o financiamento da produção.
- D) a aquisição de matéria-prima para utilização futura no processo de produção.
- E) a depreciação de máquinas utilizadas no setor de contabilidade.

Comentários:

A) a perda normal de matéria-prima durante o processo produtivo.

Item correto. A perda normal é considera custo da produção. A perda anormal é despesa na DRE.

B) o gasto com entrega dos produtos fabricados aos clientes por ocasião de sua venda.

Frete sobre compra → Custo
Frete sobre venda → Despesa

C) o juro incidente sobre os recursos obtidos em bancos para o financiamento da produção.

Incorreto. Os juros vão para despesa, conforme o regime de competência.

D) a aquisição de matéria-prima para utilização futura no processo de produção.

Incorreto. Enquanto não forem utilizadas na produção, não vão para o custo de produção do período.

E) a depreciação de máquinas utilizadas no setor de contabilidade.

A depreciação das máquinas utilizadas na contabilidade é despesa do período. A depreciação das máquinas utilizadas na produção é custo.

Gabarito → A.

60. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O custo de produção que se caracteriza como um custo variável é

- A) o salário do pessoal encarregado da limpeza da fábrica, equivalente a três salários mínimos.
- B) o salário de operários temporários cuja remuneração é baseada na quantidade de horas trabalhadas.
- C) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica, calculada pelo método da linha reta.
- D) a energia elétrica consumida pelas lâmpadas da sala onde funciona a gerência da fábrica.
- E) o aluguel de máquinas.

Comentários:

Custos Variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção.

Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Custos Fixos são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida.

Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

(Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Observações: A divisão dos custos em fixos e variáveis ocorre em função da variação do custo devido à variação do volume de produção.

Um determinado custo pode variar todo mês. Mas se essa variação não for em função da variação do volume de produção, será considerado custo fixo. Por exemplo, a conta de telefone da fábrica. Dificilmente será igual de um mês para o outro, mas a sua variação não ocorre devido à variação da produção. Assim, é considerado um custo fixo (ainda que seu valor seja diferente em todos os meses).

A) o salário do pessoal encarregado da limpeza da fábrica, equivalente a três salários mínimos.

Custo fixo! Não varia em função da produção.

B) o salário de operários temporários cuja remuneração é baseada na quantidade de horas trabalhadas.

Esse é um custo variável.

C) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica, calculada pelo método da linha reta.

A depreciação é um custo fixo, já que calculada pela linha reta.

D) a energia elétrica consumida pelas lâmpadas da sala onde funciona a gerência da fábrica.

A energia da sala da gerência não varia em função da quantidade produzida.

E) o aluguel de máquinas.

Também é custo fixo.

Gabarito → B.

61. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Com relação aos conceitos e às classificações aplicáveis a custos de produção, assinale a opção correta.

- A) A energia elétrica é considerada um custo primário.
- B) A classificação de um custo em direto ou indireto depende da sua relação com o volume de produção.
- C) O aluguel de um imóvel onde funciona a fábrica será classificado como custo variável quando sujeito a reajuste anual de valor.
- D) Um custo é considerado fixo somente dentro de um intervalo relevante cujo limite é a capacidade instalada da empresa.
- E) A matéria-prima é um exemplo típico de custo de transformação.

Comentários:

A) A energia elétrica é considerada um custo primário.

Item incorreto. **Custo primário: Matéria Prima + Mão de Obra Direta**

B) A classificação de um custo em direto ou indireto depende da sua relação com o volume de produção.

Item incorreto.

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos.

Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária.

Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.

(Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

C) O aluguel de um imóvel onde funciona a fábrica será classificado como custo variável quando sujeito a reajuste anual de valor.

Item incorreto. O reajuste anual do aluguel não o torna custo variável.

D) Um custo é considerado fixo somente dentro de um intervalo relevante cujo limite é a capacidade instalada da empresa.

Este é o nosso gabarito. Custos fixos são aqueles que não dependem do volume de produção, levando-se em conta um **intervalo relevante de tempo**. Este custo ocorre mesmo no caso de não haver produção.

E) A matéria-prima é um exemplo típico de custo de transformação.

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Gabarito → D.

62. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

A empresa ABC, que trabalha com a produção de um único tipo de produto, teve os seguintes custos e despesas no mês de abril de 2016:

- Custos variáveis:	R\$ 500.000;
- Custos fixos:	R\$ 200.000;
- Despesas variáveis:	R\$ 50.000;
- Despesas fixas:	R\$ 80.000.

Considerando-se essa situação hipotética, a inexistência de estoque anterior e o fato de que a produção do mês de abril de 2016 alcançou a marca de 1.000 unidades, tendo sido toda ela vendida no mercado a um preço unitário de R\$ 1.200, o valor da margem de contribuição unitária do produto no referido período foi igual a

- A) R\$ 920.
- B) R\$ 370.
- C) R\$ 500.
- D) R\$ 650.
- E) R\$ 700.

Comentários:

Margem de contribuição unitária = Preço de venda – (Custos variáveis + Despesas variáveis)

Margem de contribuição unitária = $1.200 - (500 + 50)$
Margem de contribuição unitária = $1.200 - 550 = 650$.

Custo variável unitário = $500.000/1.000 = 500$
Despesa variável unitária = $50.000/1.000 = 50$

Gabarito → D.

63. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Uma empresa produz e vende um único tipo de produto ao preço unitário de R\$ 20. Os custos e as despesas variáveis desse produto somam R\$ 8 por cada unidade produzida. Considerando-se que os custos e as despesas fixos da empresa totalizam R\$ 12.000 e que a quantidade atualmente vendida do produto é 1.500 unidades, a margem de segurança dessa empresa, em termos de quantidade e valor, é, respectivamente,

- A) 1.000 unidades e R\$ 2.000.
- B) 1.000 unidades e R\$ 20.000.
- C) 1.500 unidades e R\$ 30.000.
- D) 500 unidades e R\$ 1.000.
- E) 500 unidades e R\$ 10.000

Comentários:

A margem de segurança é a quantidade vendida acima do ponto de equilíbrio. Ou seja, é a quantidade ou o percentual que as vendas poderiam cair sem que a empresa tivesse prejuízo.

Assim, vamos calcular o ponto de equilíbrio:

Ponto de Equilíbrio = Custos fixos/Margem de contribuição unitária

Margem de Contribuição Unitária = preço de venda – Custo variável
MC unitária = $20 - 8 = 12$

Ponto de Equilíbrio = $\$ 12.000/12 = 1.000$ unidades

Margem de Segurança = Quantidade vendida – ponto de equilíbrio
Margem de segurança = $1.500 - 1.000 = 500$ unidades

$500 \times 20 = \text{R\$ } 10.000,00$.

Gabarito → E.

64 - (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Determinada indústria fabricante de roteadores apresentou o seguinte resultado em abril de 2016, referente à venda de 1.000 unidades do produto:

Vendas	R\$ 160.000,00
Custos e despesas variáveis	-R\$ 90.000,00
Custos e despesas fixos	-R\$ 62.000,00
Lucro líquido	R\$ 8.000,00

A referida indústria tem capacidade instalada suficiente para produzir 1.500 unidades do roteador. Considerando-se que a administração da empresa tenha a intenção de utilizar componentes de melhor qualidade no processo de fabricação do roteador — o que deverá gerar um aumento de R\$ 10 no custo variável unitário do produto — e que a melhoria da qualidade final do produto eleve a quantidade de unidades vendidas para 1.100 roteadores por mês, sem alterar o seu preço unitário, é correto afirmar que a aceitação da proposta provocará o seguinte efeito:

- A) mesmo que a proposta viesse acompanhada de uma redução de custos e despesas fixas no valor de R\$ 5.000, não seria recomendável aceitá-la.
- B) o lucro da empresa sofrerá uma redução de 50%, sendo recomendável não se adotar a proposta elaborada pela administração da empresa.
- C) o aumento da produção deve afetar o valor dos custos e das despesas fixas da empresa.
- D) apesar de a margem de contribuição unitária sofrer uma redução de R\$ 10, a margem de contribuição total aumentará em função do aumento da quantidade vendida.
- E) para a empresa, seria indiferente a utilização dos componentes de melhor qualidade.

Comentários:

Vamos calcular a nova situação, com aumento de \$10 no custo variável unitário e venda de 1.100 unidades.

Vendas	R\$ 176.000,00
Custos e despesas variáveis	-R\$ 110.000,00
Custos e despesas fixos	-R\$ 62.000,00

Lucro líquido	R\$ 4.000,00
---------------	--------------

Agora vamos às alternativas:

A) Errada. Uma redução de \$5.000 nos custos e despesas fixas resultaria em Lucro Líquido de $\$4000 + \$5000 = \$9.000$, melhor que a situação anterior.

B) Certo. O lucro líquido passa de \$8.000 para \$4.000.

C) Errado. O aumento do volume não influi nos custos e despesas fixas.

D) Errada. A margem de contribuição total diminui de \$70.000 ($160.000 - 90.000$) para \$66.000 ($176.000 - 110.000$).

E) Errada. O Lucro Líquido diminui com os componentes de melhor qualidade.

Gabarito → B

65. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016) A seguir, são apresentados informes divulgados na Internet e relacionados ao desempenho econômico-financeiro de algumas entidades:

I - em 2015, um grande grupo empresarial do setor de entretenimento retomou a curva ascendente no seu lucro líquido. (Fonte: Carta Capital, março de 2016);

II - no primeiro semestre de 2015, as receitas com títulos e valores mobiliários (TVM) representaram a segunda maior fonte de ganhos dos bancos depois das receitas com as operações de crédito. (Fonte: Relatório desempenho dos bancos do 1.º semestre de 2015. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE);

III - com relação ao comportamento das vendas em comparação com o período contábil anterior, um grupo fabricante de cerveja afirma que a Copa do Mundo e o bom tempo impulsionaram as vendas no primeiro semestre de 2014. (Fonte: Reuters, 20/8/2014);

IV - do lucro líquido de um banco nacional 40,1% vieram de operações de crédito. (Fonte: IstoÉ Dinheiro, 20/2/2008);

V - enquanto no mundo a área de petróleo responde por cerca de 10% do faturamento de uma grande empresa multinacional, no Brasil, esse percentual oscila entre 20% e 30%. (Fonte: Valor Econômico, 21/11/2012).

Os informes acima estão fundamentados, respectivamente, nas seguintes técnicas de análise de demonstrações contábeis:

- A) horizontal, vertical, vertical, vertical e vertical.
- B) vertical, horizontal, horizontal, horizontal e horizontal.
- C) horizontal, vertical, horizontal, vertical e vertical.
- D) horizontal, vertical, vertical, horizontal e horizontal.
- E) vertical, horizontal, vertical, horizontal e horizontal.

Comentário:

- I – Horizontal. Está comparando o Lucro Líquido do período com o lucro dos períodos anteriores.
- II – Vertical. Comparação das receitas do mesmo período.
- III – Horizontal. Comparação com o período anterior.
- IV – Vertical. Composição do lucro líquido.
- V – Vertical. Composição do faturamento.

Gabarito → C

66. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

No que se refere ao conceito e às características do capital de giro, assinale a opção correta.

- A) O conceito de capital de giro líquido não se confunde com o conceito de capital circulante líquido.
- B) A divisibilidade dos elementos que compõe o capital de giro apresenta-se superior à dos ativos fixos, dando margem a que o aporte de recursos em itens de curto prazo possa se dar em níveis relativamente baixos, na proporção das necessidades financeiras da empresa.
- C) O capital de giro representa os ativos que são financiados por fontes de curto prazo.
- D) O capital de giro não contempla itens de difícil realização em dinheiro, tais como estoques obsoletos.
- E) Comparativamente aos ativos fixos ou não circulantes, o capital de giro destaca-se pela alta rentabilidade que é capaz de gerar, em especial para as empresas do setor industrial.

Comentários:

- A) Errado. Capital de giro líquido é também chamado de Capital circulante líquido.

B) Correto. Conforme Sanvicente " ...vale a pena ressaltar que os investimentos em capital de giro são muito mais divisíveis do que os efetuados em capital fixo. Isso pode ter duas consequências importantes para a administração financeira de uma empresa. A primeira delas é a possibilidade de efetuar-los em partes pequenas, na medida do surgimento das necessidades imediatas. Isso torna o investimento em ativos correntes extremamente variável, e o seu valor médio e os custos dele decorrentes podem, pois, ser minimizados" ("Administração Financeira", Antonio Zoratto Sanvicente).

C) Errado. O capital de giro líquido representa os ativos que são financiados por fontes de longo prazo.

D) Errado. Se estiver classificado no Ativo Circulante, mesmo os estoques de difícil realização pertencem ao Capital de Giro.

E) Errado. Conforme Gitman: " Espera-se que uma empresa industrial possa ganhar mais de seus ativos fixos do que de seus ativos circulantes. Os ativos fixos representam os verdadeiros ativos rentáveis da empresa". (Princípios de Administração Financeira, Lawrence Gitman).

Gabarito → B

67. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O evento que provoca um aumento no valor do capital circulante líquido de uma empresa é a

A) antecipação de pagamentos de dívidas de longo prazo.

B) venda de imóveis a prazo, com o recebimento da primeira parcela previsto para um prazo de dois anos a partir da data da transação.

C) baixa para prejuízo de uma duplicata a receber.

D) conversão de dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo.

E) aplicação de recursos mantidos em conta corrente na aquisição de estoques a serem negociados no curto prazo.

Comentários:

O Capital Circulante Líquido é o Ativo Circulante menos o Passivo Circulante. Portanto, precisamos encontrar a alternativa que ou aumenta o Ativo Circulante ou diminui o Passivo Circulante.

A) Errado. Essa alternativa irá diminuir o capital circulante líquido, pois diminui o Ativo Circulante.

B) Errado. Não afeta o Capital Circulante Líquido.

- C) Errada. Diminui o Ativo Circulante e portanto diminui o Capital Circulante Líquido.
- D) Certa. Diminui o Passivo Circulante, o que aumenta o Capital Circulante Líquido.
- E) Errado. Fato permutativo entre contas do Ativo Circulante. Não afeta o Capital Circulante Líquido.

Gabarito → D.

68. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)
Com referência à alavancagem operacional, assinale a opção correta:

- A) O grau de alavancagem operacional de uma empresa independe do seu nível de vendas.
- B) Uma empresa que apresente estrutura de custos distinta de outra e que detenha menor proporção de custos fixos em relação aos custos totais terá um grau de alavancagem operacional maior que o da concorrente.
- C) A alavancagem operacional permite saber de que forma uma variação percentual nos custos variáveis afeta os lucros de uma empresa.
- D) A alavancagem operacional atua como uma espécie de multiplicador, indicando a relação entre a variação percentual no lucro e a variação percentual da venda.
- E) Um grau de alavancagem operacional igual a 4 indica que um aumento de 1% no lucro terá sido provocado por um aumento de 4% nas vendas.

Comentário

Vamos analisar:

- A) Errado. A alavancagem operacional é diferente, para cada nível de venda. Assim, a alavancagem operacional depende do nível de venda.
- B) Errado. Quando menor o custo fixo, maior a alavancagem financeira.
- C) Errado. Permite saber quanto uma variação percentual nas vendas afeta o lucro.
- D) Correto.

E) Errado. Uma alavancagem operacional igual a 4 indica que o lucro irá variar 4% para cada 1% de aumento nas vendas.

Gabarito → D

69. **(CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)** A respeito da alavancagem financeira, assinale a opção correta.

- A) Um grau de alavancagem financeira igual a 1,3 significa que os acionistas estão ganhando um retorno 30% melhor do que teriam se financiassem totalmente os seus ativos com seus próprios recursos.
- B) Quanto maior o grau de alavancagem financeira, menor é o risco financeiro assumido pela empresa.
- C) Quando o efeito da alavancagem financeira é positivo, presume-se que o retorno do investimento do acionista será reduzido toda vez que a empresa optar por trabalhar com recursos de terceiros.
- D) O efeito do imposto de renda sobre o lucro operacional é desconsiderado quando do cálculo do grau de alavancagem financeira.
- E) A alavancagem financeira não afeta o valor do retorno sobre o patrimônio líquido de uma empresa.

Comentários:

A) Correto.

B) Quanto maior o grau de alavancagem financeira, ~~menor~~ **maior** é o risco financeiro assumido pela empresa.

C) Quando o efeito da alavancagem financeira é positivo, presume-se que o retorno do investimento do acionista será ~~reduzido~~ **aumentado** toda vez que a empresa optar por trabalhar com recursos de terceiros.

D) Errado. O efeito do imposto de renda deve ser considerado no cálculo da alavancagem financeira.

E) Errado. A alavancagem financeira consiste essencialmente em aumentar o retorno para o acionista, ou seja, aumentar o retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Gabarito → A

70. **(CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)** A tabela a seguir apresenta algumas informações de determinada empresa, relativas ao mês de abril de 2016.

produto	custo variável total por unidade (em RS)	custo fixo total por unidade (em RS)	preço de venda por unidade (em RS)	tempo de fabricação (hora-máquina)
modelo I	60	12	80	5
modelo II	50	15	71	7
modelo III	116	18	141	5
modelo IV	40	7	58	3
modelo V	45	8	73	4

Considerando-se essas informações e o fato de que a empresa receba uma demanda extra de um cliente e constate que não tem capacidade suficiente para fornecer tal volume em função de limitação na disponibilidade de horas-máquinas, o primeiro produto cujo volume de produção deve ser reduzido em prol da obtenção do melhor resultado para a empresa é o modelo

- A) III.
- B) IV.
- C) V.
- D) I.
- E) II.

Comentários:

Questão de margem de contribuição com restrição. Neste caso, devemos calcular o valor da margem de contribuição unitário dividido pelo fator de restrição (que é o tempo de fabricação – Horas máquina).

O modelo que apresentar a menor margem de contribuição por fator de restrição deve ter a produção reduzida. Vamos calcular:

	Preço de venda	Custo Variável	Margem de contribuição	Horas de fabricação	Margem de contribuição / restrição
Modelo I	80	60	20	5	4
Modelo II	71	50	21	7	3
Modelo III	141	116	25	5	5
Modelo IV	58	40	18	3	6
Modelo V	73	45	28	4	7

Assim, o produto cujo volume de produção deve ser reduzido é o Modelo II.

Gabarito → E.

71. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Com relação ao custo padrão, assinale a opção correta.

- A) A análise do custo padrão da mão-de-obra direta é feita considerando-se variações de taxa e de eficiência.
- B) Não é permitida a utilização do custo padrão pela contabilidade, estando a sua aplicação restrita a finalidades gerenciais.
- C) Uma das vantagens do custo padrão é não demandar revisões e reajustes periódicos.
- D) O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo estimado, de modo a permitir a identificação das causas de eventuais variações e a adoção de correções futuras.
- E) Não é recomendável a utilização do custo padrão, com finalidades gerenciais, em produtos cujo custo seja calculado com base no custeio variável.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

A) Correta. Faltou mencionar a variação mista. Para análise de mão de obra, a denominação é "taxa" e "eficiência".

B) Errado. Conforme o CPC 16 - Estoque:

21. Outras formas para mensuração do custo de estoque, tais como o custo-padrão ou o método de varejo, podem ser usadas por conveniência se os resultados se aproximarem do custo. O custo-padrão leva em consideração os níveis normais de utilização dos materiais e bens de consumo, da mão-de-obra e da eficiência na utilização da capacidade produtiva. Ele deve ser regularmente revisto à luz das condições correntes. As variações relevantes do custo-padrão em relação ao custo devem ser alocadas nas contas e nos períodos adequados de forma a se ter os estoques de volta a seu custo.

C) Errado. O custo padrão deve ser sempre revisto, para se adequar às condições da empresa.

D) Errado. O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo real, ocorrido, e não com o custo estimado.

E) Errado. O custo padrão pode ser usado normalmente no caso de custeio variável.

Gabarito → A

72. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Em abril de 2016, uma empresa realizou os seguintes gastos para a produção de seu principal produto:

- . Matéria prima: R\$ 25 por unidade;
- . Embalagens: R\$ 5 por unidade;
- . Mão de obra direta: R\$ 40 por unidade;
- . Custos indiretos fixos totais de abril de 2016: R\$ 90.000;
- . Custos indiretos variáveis totais de abril de 2016: R\$ 10.000.

Considerando a inexistência de estoques de períodos anteriores e que a empresa produziu, em abril de 2016, 5.000 unidades totalmente acabadas do referido produto, os valores do custo unitário de produção de abril de 2016 calculados de acordo com o método do custeio por absorção e com o método do custeio variável são respectivamente:

- A) R\$ 88 e R\$ 32.
- B) R\$ 90 e R\$ 32.
- C) R\$ 90 e R\$ 72.
- D) R\$ 20 e R\$ 70.
- E) R\$ 72 e R\$ 90.

Comentário:

No custeio por absorção, todos os custos, fixos e variáveis, são alocados ao produto.

Vamos calcular:

Matéria prima	25
Embalagens	5
Mão de obra direta	40
Custos indiretos fixos (\$90.000 / 5000 unidades)	18
Custos indiretos variáveis (\$10.000 / 5000 unidades)	2
Custo unitário - Custeio por Absorção	90

No custeio variável, o custo fixo não é alocado aos produtos. Como o único custo fixo é o custo indireto fixo de \$18, o custeio variável fica assim:

Custeio Variável = \$ 90 - \$ 18 = \$ \$72

Gabarito → C